

**A ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A LUTA POR UM FUTURO HUMANO NA
NOVA FRONTEIRA DO PODER [SHOSHANA ZUBOFF]**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.51058>

Cleonilton da Silva Souza¹

Título: A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder

Autoria: Shoshana Zuboff

Tradução: George Schlesinger

Cidade e editora: Rio de Janeiro: Intrínseca

Ano da publicação: 2020

Páginas: 800

O capitalismo se transmuta no início do século XXI, interferindo na ordem social, econômica e cultural e atuando muito além das dimensões humanas relacionadas ao dinheiro, à terra e ao trabalho, ao estabelecer uma forma de exploração ampliada para dominar o comportamento humano na totalidade e submeter as demais formas de existência do humano ao ordenamento lógico do capital. A essa nova face do capitalismo, a cientista social e professora emérita da Universidade de Harvard, Shoshana Zuboff, denomina de capitalismo de vigilância. O debate a respeito dessa outra face do capitalismo é concretizado no livro *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na fronteira do poder*.

O livro trata das mutações do capitalismo, o qual constrói na contemporaneidade novos direcionamentos do capital em um mundo que se encaminha para um futuro demarcado por relações sociotécnicas em ambientes digitais, cujas consequências afetam as relações no próprio mundo digital e se estendem ao mundo não digital. A obra é organizada em cinco seções, com a primeira seção denominada de *Lar ou exílio no futuro digital* (Introdução), que aborda sobre como essa face distinta do capitalismo se realiza no digital e se expande para outras áreas de existência humana; a segunda seção é *As bases do capitalismo de vigilância*, que traz um histórico da formação do capitalismo de vigilância, enfatizando questões como superávit comportamental e as ações articuladas dessa forma de capitalismo para concretizar os novos modos de realizações econômicas de raptar, açambarcar e competir na maneira como isto interfere na vida cotidiana; a terceira seção, *O avanço do capitalismo de vigilância*, discute o processo de renderização da experiência de dados como base para a construção dos novos negócios do capital; a quarta seção denominada de *Poder instrumentário para uma terceira modernidade* descreve como as formas de poder engendradas pelo capitalismo de vigilância atuam e reorganizam a vida em sociedade; a última seção, *Um*

golpe vindo de cima (Conclusão), reflete como essa forma de existência do capitalismo traz consequências para o futuro da humanidade, ao estender as formas de dominação para práticas sociotécnicas que buscam perscrutar o humano em todos os modos de existência por meio da vigilância e do controle comportamental.

Os argumentos construídos por Zuboff se pautam no pensamento de autores como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber quanto ao debate a respeito da formação do capitalismo na sociedade. Ela se reporta também a pensadores como Hannah Arendt, Theodor Adorno, Karl Polanyi, Jean-Paul Sartre e Stanley Milgram, na forma como esses autores foram determinantes para as discussões sobre os diversos tipos de assimetrias sociais existentes nas épocas em que eles viveram. O trabalho da autora, ao se referendar nesse diverso arcabouço teórico, busca situar o capitalismo não só no contexto do início do século XXI, mas também no contexto da história da humanidade nos últimos 200 anos.

O assunto tratado em *A era do capitalismo de vigilância* é de interesse para debate em variadas áreas de conhecimento como economia, sociologia, política, comunicação, tecnologia e ciências da informação. A forma cultural divisão da aprendizagem discutida na obra é assunto de relevância para as ciências educacionais, o que suscita analisar os argumentos de Shoshana Zuboff defendidos no livro, quanto à questão social do capitalismo no início do terceiro milênio.

As formas tecnológicas de *big data*, internet das coisas e algoritmos computacionais dão suporte para expressiva parte das relações culturais estabelecidas no início do século XXI. Por meio de um avanço técnico intenso, a humanidade vai se acostumando a conviver sob a ordem de grandes fluxos de dados, que são organizados por objetos técnicos atrelados a sensores que são gerenciados por meio de ações automatizadas agenciadas por códigos computacionais. O capitalismo de vigilância se conforma assim como um ordenamento econômico, comunicacional e psicossocial de mapeamento da experiência humana para usos em práticas comerciais, mediante o uso intensivo dos objetos e sistemas técnicos acima mencionados.

Essa peculiar conjuntura econômica funciona de maneira diferente dos processos dantes engendrados pelo capitalismo industrial e isto demanda a realização de um esforço epistemológico distinto para compreender as relações socioculturais entre a sociedade e o capital, uma vez que essa forma de agenciamento da economia se sustenta por meio da captura de dados demográficos e comportamentais², o que indica a existência de um novo estado de convivência humana na terra, na maneira como as pessoas se divertem, se comunicam, se educam, cuidam da saúde, consomem, se relacionam com parentes, amigos e vizinhos, administram as finanças, participam da política, dormem, trabalham e reagem emocionalmente nas interações sociais.

É preciso ressaltar que a lógica de exploração humana fomentada no capitalismo industrial ainda faz parte das relações econômicas na contemporaneidade, e as práticas socioculturais no capitalismo de vigilância incorporam os ordenamentos do capitalismo industrial e acrescentam novos modos relacionais como forma de aprimorar os meios de exploração. Se antes o humano era explorado por meio da força de trabalho, agora poderá ser explorado nos âmbitos do trabalho, da educação, da política, do lazer, das práticas religiosas; enfim, em tudo o que seja passível de acompanhamento e controle social para produção de lucros. Por exemplo, enquanto o cidadão age e reage no ambiente digital em atividades de trabalho ou lazer, os objetos técnicos vão moldando o comportamento, de maneira dinâmica, extraíndo dados, classificando-os

e hierarquizando-os, com a finalidade de produzir produtos preditivos para comercialização no mercado publicitário. É o mercado midiático, de *marketing*, publicidade e propaganda digitais, que passa a agenciar os modos como as pessoas vão se comportar na internet; isto é sustentado por meio de sofisticado aparato técnico que serve aos desígnios da produção do lucro. O capitalismo de vigilância em tal contexto converte-se em um instrumento de exercício de poder, que na concepção de Zuboff, “não é uma tecnologia; é uma lógica que permeia a tecnologia e a direciona numa ação”. E continua a autora: “O capitalismo de vigilância é uma forma de mercado que é inimaginável fora do meio digital, mas não é a mesma coisa que o digital.” (ZUBOFF, 2020, p. 26). Na era industrial, empresas como General Motors, Shell e Ford direcionavam a ordem do capital, mesmo com as resistências a essa forma de domínio político-econômico perpetradas pela classe trabalhadora. Na era da vigilância, os ordenamentos do capitalismo passam a ser direcionados por empresas como Alphabet, Microsoft, Apple, Amazon e Meta, que atuam sob bases de alta tecnologia e constituem uma forma de poder que atua em âmbitos outros além das perspectivas da terra, do trabalho e do dinheiro, buscando alcançar tudo que o humano realiza.

A era do capitalismo de vigilância localiza o capitalismo de vigilância como uma ação tecnocultural que se concretiza por meio de gestos básicos de raptar, açambarcar e competir nas relações culturais cotidianas, uma forma de relações sociais denominada pela autora de “sem precedentes”. Sem precedentes porque a humanidade ainda não havia vivenciado tais modos de fazer cultura e ainda está aprendendo a lidar com tal ordem do capital, que se configura como um novo marco nas relações de forças próprias da vida em sociedade. A esse processo de relações de forças, Zuboff denomina de poder instrumentário, o *Grande Outro*, que se organiza mediante valores vinculados a ações de automatização da sociedade, divisão da aprendizagem e modificação comportamental. Nessa forma de existência do capital, a prática esconde a teoria, e os modos de relações sociais são construídos para a indiferença radical, por meio de um controle de fora para dentro, de opacidade quanto aos mecanismos internos de funcionamento do capitalismo. Na indiferença radical o que importa é que o conteúdo seja publicado, comentado e compartilhado, independente dos dilemas éticos envolvidos em tal fluxo de produção. Nessa lógica, as mensagens podem circular na internet independente de que fomentem desinformação, cancelamentos ou discursos de ódio, pois o que é relevante é a produção de lucros para sustentação do mercado global.

A sustentação teórico-científica para a mobilização das pessoas em prol do capitalismo de vigilância se realiza sob os pressupostos da psicologia do comportamento, com base nas ideias de Burrhus Frederic Skinner, cientista estadunidense que viveu no século XX e conduziu pesquisas direcionadas para práticas de controle e condicionamento do comportamento humano, ou seja, por meio do acionamento dos meios técnicos disponíveis a ordem do capital vai agenciando as maneiras como pessoas e instituições vão se comportar durante as mediações realizadas nos ambientes sociotécnicos.

Em relação à divisão da aprendizagem na sociedade, Zuboff considera isto como um mecanismo de poder sobre o qual os diversos segmentos da sociedade podem não exercer o direito humano de aprendizagem e ficar afastados das dinâmicas decisórias do poder. Na prática, no que se refere ao conhecimento, o capitalismo de vigilância funciona como uma “caixa preta”, em que a maioria da sociedade é apartada do funcionamento desses mecanismos de dominação e fica à mercê de desígnios perpetrados por

um grupo seletivo de programadores, publicitários e donos do capital que direcionam como a sociedade deve operar. Zuboff elabora então três questionamentos-chave a respeito da questão da divisão da aprendizagem, quais sejam: "Quem sabe?", "Quem decide?" e "Quem decide quem decide?". Na primeira pergunta "Quem sabe?", Zuboff indaga sobre o problema da distribuição do conhecimento, no que diz respeito ao indivíduo está incluído ou excluído da oportunidade de aprender. Na segunda pergunta "Quem decide?", Zuboff se refere à questão da autoridade na perspectiva de quais pessoas e instituições ou processos determinam quem está incluído na aprendizagem e o que as pessoas são capazes de aprender e de fazer com base no conhecimento construído. Na terceira pergunta "Quem decide quem decide?", Zuboff aprofunda a questão dos mecanismos de dominação que medeiam as relações no capitalismo de vigilância ao questionar qual é a fonte de poder que reforça a autoridade nos aspectos de criação, distribuição ou retenção do conhecimento. A partir dessas questões básicas, Zuboff assevera que as máquinas e um grupo restrito de humanos especializados são os entes que sabem, e as decisões sobre os destinos da sociedade são articuladas pelo mercado, que atua por meio de modelos de negócios restritos. Desta forma, o centro decisório das questões fundamentais da humanidade é o capital financeiro, o articulador central, o ente que decide quem decide. Zuboff reforça que a divisão da aprendizagem é um dos reflexos do mecanismo de dominação política, econômica, cultural e ideológica do neoliberalismo. Neste contexto, o trabalhador fica excluído do sistema de aprendizagem, devido às aceleradas mudanças tecnológicas que acontecem, e o cidadão comum interage com o real por meio das representações elaboradas por quem tem o poder sobre os mecanismos do saber. Ao mesmo tempo, cada vez mais há investimentos em máquinas, que, no início, realizavam atividades motoras e semiautomáticas e hoje avançam de forma acelerada para a realização de atividades lógicas: em vez de humanos trabalhando, máquinas são acionadas mediante algoritmos de inteligência, que se ligam de forma contínua a outros objetos técnicos, organizando o gigantesco acervo de informações do mundo, e isto denota assimetrias quanto à construção e circulação dos saberes.

Em relação à organização do acervo de informações em âmbito global, interessante é observar como foi elaborada a missão da Alphabet³ quanto ao processo de existência do *Google*, uma plataforma de gerenciamento de mecanismos de busca: "Nossa missão é organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos.". Como poderá haver informações acessíveis para todos se o controle e a curadoria das informações que circulam nesses ambientes ficarem sob a tutela de um número restrito de empresas privadas transnacionais? A questão da divisão da aprendizagem não é uma instância sublimada das relações socioculturais entre as grandes empresas e a sociedade. Na prática as declarações são explícitas e criam fetiche em torno dos meios técnicos criados por essas empresas como sendo elementos de qualidade técnica superior e de relevância para a sociedade, ao mesmo tempo em que são orquestradas ideias para a validação da existência desses conglomerados como instituições exemplares para a sociedade, o que resulta em um processo hegemônico complexo quanto às relações entre os Estados, as grandes empresas privadas e a sociedade. É na criação do duplo fetiche, de hipervalorização do produto (meios técnicos) e do produtor do meio técnico (grandes empresas sustentadas por bases tecnológicas sofisticadas), que as assimetrias políticas, econômicas, culturais, sociais e educacionais acontecem.

No processo de armazenamento, organização e controle da informação em âmbito global, os rastros deixados pelos humanos são transformados em experiência de dados; ou seja, as ações e os sentimentos das pessoas são computados pelos algoritmos, codificados para melhor distribuição e transformados em insumos técnicos, em mercadorias que permitem aos próprios algoritmos construir ações preditivas a respeito do que as pessoas pensarão e a forma como agirão em situações futuras. Essas ações preditivas serão os alicerces para geração de lucros, o “superávit comportamental”. É necessário frisar que por trás do agenciamento dos objetos técnicos há um ordenamento econômico organizado por pessoas e instituições detentoras do poder estabelecido, e que essa forma de poder enfraquece os processos de resistência da própria sociedade quanto ao modo de existência do capitalismo, principalmente pelas formas de convencimento agenciadas pelos capitalistas a respeito da ideia do inevitabilismo quanto à impossibilidade de resistência ao avanço desenfreado do capitalismo de vigilância. A lógica de existência do capitalismo de vigilância é a da onipotência, onisciência e onipresença: do mapeamento das pessoas ao mapeamento de toda a internet. O intento é capturar todas as informações do mundo: fotografar ruas e avenidas, armazenar todas as páginas residentes na WEB, registrar todos os passos dos internautas nos momentos de busca, durante as ações pós-busca e computar o comportamento humano nas interações em mídias sociais digitais. Tudo que for pensado e produzido na internet, desta forma, fica subordinado a essa forma diferenciada de domínio pelo capital.

Nesse tipo de ordenamento do capital, as ações algorítmicas são utilizadas não só para captura de dados, mas visam também identificar padrões de conexão, formas como o cidadão se comunica e se movimenta no espaço digital, além da ação contínua de recolhimento e organização de metadados⁴, recuperando e arquivando todo tipo de ação feita pelo interagente. A sofisticação da vigilância chega a tal nível que as mais corriqueiras expressões dos internautas (também conhecidas como dados residuais) se tornam passíveis de codificação e de preparação para futuras atividades que visam ao lucro. O controle na internet feito por essas instituições privadas é exaustivo, como os de mapeamento de expressões manifestadas por meio de *emojicons*⁵, pontos de exclamação, pontos de interrogação e formas de abreviar as palavras e fazer saudações. Os silêncios, as dúvidas e as hesitações também são insumos para a racionalização algorítmica e produção de dados para análises preditivas. A lógica de domínio por meio da vigilância comportamental se dirige para a construção de um conhecimento total sobre todas as coisas, em ações mercadológicas de caráter transnacional, que se orientam para consolidar o mercado-padrão da internet e se estende ao mundo não conectado também. Em uma conjuntura dessa natureza, o ambiente da internet não se concretiza como um espaço aberto e livre para circulação do conhecimento, mas se conforma como um espaço dividido em territórios, cuja forma se realiza por meio de infraestruturas técnicas de plataformas, um novo *locus* para o exercício de práticas capitalistas.

O leitor, em um primeiro momento, pode ser tentado a classificar *A era do capitalismo de vigilância* como um trabalho de visão distópica da realidade, principalmente pela forma como grandes empresas de tecnologias digitais são vistas, respeitadas e até idolatradas por alguns segmentos da sociedade, fruto do fetiche criado sobre as mercadorias construídas (meios técnicos) e os criadores e gerenciadores dessas mercadorias, mas a obra se constitui como um convite à reflexão-ação sobre a nova ordem do capital que

se estrutura e avança nas primeiras décadas do século XXI. Na verdade, o trabalho de Zuboff, antes de ser uma visão pessimista da conjuntura pela qual a humanidade vive, conforma-se como uma abertura ao debate e ao aprofundamento das pesquisas no que diz respeito às relações sociotécnicas a que sociedade global está imersa no contexto do início do terceiro milênio de nossa era e da forma como as relações capitalistas se ampliam e avançam nesse referido contexto.

O debate trazido na obra *A era do capitalismo de vigilância* demanda discussões a partir de pontos de vistas distintos, ao qual surgem questões sobre como pensar novos dispositivos jurídicos para regulação algorítmica; compreender e agir sobre a questão do “sem precedentes” nos âmbitos técnicos, econômicos e sociais; debruçar-se sobre o superávit comportamental quanto às consequências que este pode trazer para o psíquico humano; interagir nas relações comunicacionais permeadas pelos dispositivos de computação para entender como os discursos se sustentam e estabelecem mecanismos de poder; repensar sobre as formas como a divisão da aprendizagem produz assimetrias de poder; buscar novas ações culturais para dar conta de organizar novas formas de as pessoas se educarem neste contexto político-econômico. Assim como a sociedade aprendeu e vem aprendendo a se organizar para combater as assimetrias quanto às relações desiguais no trabalho, na forma como bens (simbólicos e materiais) são consumidos, construídos e distribuídos na humanidade, e nas maneiras como o dinheiro circula e é apropriado pela sociedade, será preciso conhecer os novos modos de existência do capital, quanto ao caráter de apropriação indevida do humano na inteireza, indo além das camadas de superfície que são apresentadas e representadas pelos que detêm poder sobre os meios técnicos e econômicos.

A discussão iniciada em *A era do capitalismo de vigilância* se converte assim como uma possibilidade de debate politizado a respeito das distintas mediações sociotécnicas em disputas neste início de século XXI, os quais são sustentadas por um modo de ordenação do capital que se estende a tudo o que o humano faz e pensa. É preciso retomar a proposição de Shoshana Zuboff: “*Se o futuro digital deve ser nosso lar, então somos nós que devemos transformá-lo nisso*” (ZUBOFF, 2020, p. 33).

Referências:

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2020.

Notas

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC), da Universidade Federal da Bahia - <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0291708B48IPKS>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8658873189729775>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4848-1670>. E-mail: cleonilton@gmail.com.

² Dados demográficos são os dados fornecidos pelos próprios cidadãos no momento de interação com algum objeto técnico, como nome e CPF. Dados comportamentais são os dados colhidos pelos sistemas técnicos, independente de vontade ou autorização dos cidadãos, oriundos de ações, reações e sentimentos expressos pelas pessoas antes, durante

e após uma interação com um objeto técnico, como clicar sobre um objeto em vez de outro ou reagir diante de uma situação em uma mídia social digital.

³ Informações retiradas do site *About Google*, disponíveis em: <https://about.google/intl/ALL.br/>, acesso em: 09 set. 2022.

⁴ Metadados são informações adicionais que estão embutidas nos objetos técnicos, como data de criação e tamanho do objeto, formato de arquivo, dados do criador, por exemplo.

⁵ *Emoticon* é uma combinação de caracteres (letras, números e símbolos de pontuação) utilizada para expressar um sentimento.

⁶ Texto com marcação feita pela própria autora.

Recebido em: 14 de set. 2022

Aprovado em: 03 de jul. 2023